



**CÂMARA DE POLÍTICAS DE ENERGIA
E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Ata da 10ª reunião, realizada em 19 de março de 2018

1 Em 19 de março de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Políticas de
2 Energia e Mudanças Climáticas (CEM) do Conselho Estadual de Política
3 Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
5 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Felipe Santos de
6 Miranda Nunes, representante da SEMAD. Representantes do poder público:
7 Mariana Silva Araújo Marques, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária
8 e Abastecimento (Seapa); Laura de Moraes Andrade Coutinho, da Secretaria de
9 Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
10 (Sedectes); Glória Stephanie Gomes, da Secretaria de Estado de Cidades e de
11 Integração Regional (Secir); Túlio Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de
12 Governo (Segov); Mariana Navarro Paolucci, da Comissão de Meio Ambiente e
13 Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Minas
14 Gerais (ALMG). Representantes da sociedade civil: Antônio Walter dos Santos
15 Pinheiro Filho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa
16 (Abragel); Igor Lopes Braga, da Associação Mineira de Silvicultura (AMS);
17 Adriano Scarpa Tonaco, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
18 Gerais (Fiemg); Gleyber Ferreira e Silva Carneiro, da Cáritas Diocesana de
19 Itabira; Fábio José Bianchetti, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária
20 e Ambiental (Abes). A Presidência registrou justificativa de ausência da
21 representação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea).
22 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
23 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Felipe
24 Santos de Miranda Nunes declarou aberta a 10ª reunião da Câmara de Políticas
25 de Energia e Mudanças Climáticas. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS**
26 **E ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **4) EXAME DA ATA DA 9ª**
27 **REUNIÃO DA CEM.** Aprovada por unanimidade a ata da 9ª reunião da Câmara
28 de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas, realizada em 19 de fevereiro de
29 2018. **5) ANTEPROJETO DE LEI DE POLÍTICA ESTADUAL DE COMBATE ÀS**
30 **MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Apresentação: FEAM.** Morjana Moreira dos
31 Anjos/FEAM fez apresentação à CEM, para avaliação e contribuições, sobre o
32 anteprojeto de lei encaminhado pelo governador à Assembleia Legislativa de
33 Minas Gerais propondo a instituição da 'Política Estadual de Combate às
34 Mudanças Climáticas', com a finalidade de estabelecer os compromissos do
35 Estado frente aos desafios da mudança do clima e da promoção de um
36 desenvolvimento territorial resiliente ao clima e de baixo carbono. **Debates.**

37 Conselheiro Adriano Scarpa Tonaco: “Eu gostaria de fazer algumas
38 considerações. A primeira delas é que o PL traz algo que julgamos essencial,
39 que é essa consonância entre as diretrizes nacionais e estaduais. Isso é de
40 suma importância para o andamento dessas políticas. E também cita a questão
41 municipal. Eu acho que é importante trazer as discussões municipais em acordo
42 com o que está sendo discutido no Estado e também em âmbito nacional. Tem
43 alguns pontos que nós julgamos que merecem atenção para serem atualizados.
44 Por exemplo, o artigo 7º, inciso I, cita muito a questão do MDL. Eu não sei se já
45 é o caso de colocarmos o artigo 6º do Acordo de Paris, que trata do MDS, o
46 mecanismo de Desenvolvimento Sustentável. Eu não sei como vai ser
47 trabalhado isso, quais vão ser os próximos passos, se tudo vai caminhar dentro
48 da Assembleia. Eu queria entender melhor os próximos passos também. Mas
49 acredito que essa política vem para fortalecer o trabalho desenvolvido,
50 principalmente o PEMC que está sendo colocado aqui.” Presidente Felipe
51 Santos de Miranda Nunes: “A ideia é de trazer essa pauta e encaminhar,
52 inclusive, o anteprojeto de lei. A Assembleia é soberana para discutir e
53 encaminhar da maneira que entender esse projeto de lei. Vamos dizer que a
54 contribuição do Executivo foi dada nesse sentido de encaminhamento do
55 anteprojeto de lei de autoria do governador, mas agora há uma dinâmica própria
56 dentro da Assembleia. Se tiver aqui o interesse, a conselheira Mariana, que
57 representa a Assembleia, pode explicitar melhor quais são os próximos passos.
58 No âmbito do Executivo, basicamente, é acompanhar o processo, mas eu
59 gostaria de ressaltar também os objetivos nossos de trazer para discussão. Nos
60 termos do Regimento do COPAM, nós podemos aqui ter alguns atos, como
61 recomendação, como moção, que podem ser utilizados positivamente ou
62 negativamente em relação ao conteúdo explicitado, por exemplo, a questão da
63 atualização dos termos em função do Acordo de Paris, mas são instrumentos
64 que estão à disposição. Como membro do COPAM, eu também posso, nos
65 termos do Regimento, suscitar essa discussão porque, uma vez na Assembleia,
66 ela recebe vários tipos de interesses, sejam institucionais, da sociedade civil
67 e também pode receber uma manifestação do COPAM.” Conselheira
68 Mariana Navarro Paolucci: “Primeiramente, dizer que foi uma surpresa e uma
69 satisfação receber esse projeto lá, que estávamos aguardando desde o início da
70 legislatura. Nós temos vários projetos que tramitam na Assembleia hoje de
71 autoria parlamentar que tratam das mudanças climáticas, mas sabemos que um
72 projeto vindo do governador impulsiona a pauta e faz com que esse assunto
73 entre na agenda de uma forma muito mais efetiva. Para quem não sabe, eu
74 trabalho na consultoria de meio ambiente da Assembleia, então, como parte
75 técnica, às vezes, tentamos emplacar um tema, uma agenda, mas é muito
76 difícil. Então, esse projeto coloca, definitivamente, a Assembleia no centro da
77 discussão da nossa futura lei de mudanças climáticas. Eu fui designada dentro
78 da consultoria para acompanhar o caminho desse projeto. Ele agora passa
79 pela Comissão de Constituição e Justiça e depois chega à Comissão de Meio

80 Ambiente. A Comissão de Meio Ambiente é onde, efetivamente, eu trabalho
81 junto ao relator para poder redigir o parecer, mas, desde o início da tramitação
82 dele na Comissão de Constituição e Justiça, nós já fazemos um
83 acompanhamento em grupo de todos os consultores – consultores jurídicos,
84 consultores temáticos – para dar andamento a esse projeto. Eu me coloco à
85 disposição. Além de todas essas fontes formais que o Felipe falou que podem
86 ser usadas aqui, eu me coloco à disposição para fazer uma ponte dessa
87 discussão da Câmara com o relator, com a Assembleia. Porque muitas vezes o
88 que enfrentamos lá, essa comunicação feita entre a Assembleia e o governo do
89 Estado, às vezes, é muito formal, é feita, às vezes, via Casa Civil, é feita de
90 interesses que, às vezes, o interesse da parte técnica do Estado que trabalha
91 com isso, às vezes, não consegue enxergar. Porque nós fazemos um contato
92 em um nível muito acima, um nível muito político. Então, às vezes, em vários
93 projetos, nós entramos em contato com a FEAM, com o IEF, a SEMAD, o IGAM
94 para conversar de técnico para técnico e tentar entender. E isso para nós é
95 muito importante, porque quem está lá na frente é quem realmente sabe onde
96 que pega. Não que a gente consiga emplacar tudo, mas é bom entender para
97 assessorar os parlamentares, para eles também entenderem. Às vezes, eles
98 também não têm noção do que está acontecendo e do que é necessário ser
99 feito. O Felipe mencionou essa questão da consulta, e está disponível no site da
100 Assembleia. Se vocês entrarem em ‘atividade parlamentar’, ‘projetos de lei’, pelo
101 número do projeto, vocês conseguem emitir uma opinião. E nós lemos, levamos
102 em consideração tudo que está sendo escrito, tanto se é favorável ou contrário,
103 e as sugestões que são dadas. E eu me coloco à disposição, pessoalmente,
104 como consultora lá, posso disponibilizar meu e-mail, e podemos conversar do
105 jeito que a Câmara também entender melhor, para conseguirmos fazer com que
106 esse projeto caminhe e chegue a uma solução que seja adequada para o
107 Estado, tanto politicamente quanto tecnicamente. Só outra coisa que eu queria
108 falar. Nós tivemos uma mudança no Regimento da Assembleia. Neste ano nós
109 temos um ano atípico, já que é um ano de eleição, então, às vezes, muita coisa
110 acontece ou nada acontece. Então, certas discussões têm dificuldade ou muita
111 facilidade de caminhar em um ano desse. É difícil prever. Mas, antigamente,
112 chegava o final da legislatura, os projetos eram arquivados e, ao serem
113 desarquivados, voltavam para a CCJ, voltavam ao ponto inicial. Agora, não, eles
114 permanecem, tanto o número quanto a tramitação. Então, se esse projeto
115 passar pela Comissão de Constituição e Justiça, venceu o ano, no ano que
116 vem, já estará na Comissão de Meio Ambiente, mesmo com uma troca dos
117 deputados. Então, qualquer avanço é importante, mesmo em um ano atípico
118 como este.” Presidente Felipe Santos de Miranda Nunes: “Conselheira, a
119 relatoria já foi definida?” Conselheira Mariana Navarro Paolucci: “Eu vou até
120 olhar se foi definida hoje, eu tentei entrar aqui e não consegui. Não tinha sido
121 definida ainda, porque tiveram uma dúvida se esse projeto seria anexado aos
122 que já estavam andando, seria um anexo de um projeto principal, que é o

123 primeiro protocolado pelo deputado Gustavo Valadares, ou se caminharia
124 sozinho. A primeira opção foi por ele caminhar sozinho. Hoje, é um projeto
125 principal, e todos os outros estão anexados. Então, ainda estava tendo essa
126 discussão política de como iria tramitar. Por isso que atrasou um pouco a
127 relatoria, mas eu vou confirmar aqui agora.” Presidente Felipe Santos de
128 Miranda Nunes: “Uma vez definida a relatoria, o relator fica apto a falar da
129 matéria? Por exemplo, o COPAM pode requisitar sua presença para
130 explanações, discussões no âmbito do COPAM?” Conselheira Mariana Navarro
131 Paolucci: “Sim, com certeza. Aí, eu acho que vai depender, pessoalmente, do
132 deputado, se ele vai querer vir ou não ou se vai encaminhar alguém da
133 consultoria para falar em nome dele. Mas, sim, a partir do momento em que é o
134 relator, ele é o responsável pela matéria e tem o dever de estar à disposição
135 para debater com todos os interessados.” Presidente Felipe Santos de Miranda
136 Nunes: “Então, nesse sentido, eu apresento aos conselheiros uma proposta
137 aqui para discutirmos ou mesmo deliberarmos. Uma vez definida a relatoria,
138 para que ele possa ser convidado a apresentar o projeto de lei e os seus pontos
139 de vista, o que ele entende ser importante, para que o COPAM possa fazer
140 parte dessa discussão. Todos de acordo?” Conselheira Mariana Navarro
141 Paolucci: “Uma sugestão, porque o primeiro relator a ser definido é o da
142 Comissão de Constituição e Justiça. Às vezes, poderíamos convocar também o
143 presidente da Comissão de Meio Ambiente, que não necessariamente será o
144 relator, mas quem fará a análise temática do projeto.” Presidente Felipe Santos
145 de Miranda Nunes: “Se todos estiverem de acordo, podemos colocar para que
146 registre-se em ata. Uma vez definido e sermos comunicados pela Assembleia,
147 podemos fazer um convite. A secretaria executiva está de acordo? Então, que
148 se registre em ata.” Conselheiro Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho: “Eu
149 queria só perguntar se esse projeto de lei que, pelo visto, é de autoria do
150 governador e trata de mudança climática, teve a participação da Secretaria de
151 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado.” Presidente Felipe
152 Santos de Miranda Nunes: “Esse anteprojeto de lei já vem sendo discutido, já
153 estava sendo esperado desde o início da legislatura, e há uma solicitação
154 formal para todas as outras Secretarias no sentido de que em toda matéria, seja
155 em anteprojeto de lei ou decreto, que afete outras áreas, elas opinem. Então,
156 isso é feito pela Casa Civil. Eu não tenho os detalhes aqui, mas podemos
157 solicitar se essas respostas vieram em quesitos formais ou se essa articulação
158 se deu no âmbito técnico. É um anteprojeto de lei que vem sendo discutido, e,
159 inclusive na Assembleia, nós já participamos de reuniões. **A princípio, a**
160 **elaboração da minuta se deu muito mais por parte da FEAM, em consonância**
161 **com a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e também**
162 **com as contribuições, antigas ou mais recentes, das outras Secretarias, como**
163 **Seapa, Sedectes, entre outras. Mas nós vamos entrar em contato com a Casa**
164 **Civil para, na próxima reunião, já termos essa resposta.”** Conselheiro Antônio
165 Walter dos Santos Pinheiro Filho: “A pergunta é só porque a gente vem

passando já, desde 2015, por praticamente uma renovação de toda a legislação ambiental. São mais de uma lei, com muitos decretos, e, cada vez que surge um projeto de lei – eu tenho verificado alguns –, terminam sendo concorrentes ou, às vezes, até não combinam com o que está definido na Lei Ambiental e geram uma série de dúvidas e definições diferenciadas. E isso termina tirando o efeito da mudança ambiental que veio para agilizar os processos, e continuam todos ainda sem andar, continuam travados. Aí, vêm os projetos de lei, não passam pela Secretaria, não têm uma devida atenção se está concorrendo com a competência do licenciamento ambiental ou não, e aí termina novamente criando empecilhos ao desenvolvimento e a outras coisas. Então, é importante verificar isso para que uma lei não esteja intervindo na outra e gere o impasse, futuramente, porque isso tem acontecido.” Presidente Felipe Santos de Miranda Nunes: “Então, eu solicito que se registre em ata para trazermos, na próxima reunião, a formalização da participação das outras secretarias nesse anteprojeto de lei por parte da Casa Civil. Ou mesmo antes, se for possível, se tivermos a resposta, podemos encaminhar por e-mail, e não precisa ter a resposta formal, se todos concordarem.” **6) MINUTA DE DECRETO DO PROGRAMA ESTADUAL DE REGISTRO PÚBLICO DE GASES DE EFEITO ESTUFA. Apresentação: FEAM.** Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM apresentou à Câmara a minuta de decreto que altera o Decreto nº 45.229, de 3 de dezembro de 2009, que regulamenta medidas do Poder Público do Estado de Minas Gerais referentes ao combate às mudanças climáticas e gestão de emissões de gases de efeito estufa e dá outras providências. Entre as alterações, está a instituição do Registro Público de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa do Estado de Minas Gerais, a partir de proposta de Grupo de Trabalho criado com esse objetivo. **Moção aprovada pela CEM.** Após a apresentação e discussões nesta sessão, a CEM aprovou, por unanimidade, moção a ser encaminhada ao presidente do COPAM, ao secretário de Estado da Casa Civil e ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos seguintes termos: “Moção CEM nº 01/2018. Os conselheiros da Câmara Técnica Especializada de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas (CEM) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), em sua 10ª reunião ordinária, realizada em 19 de março de 2018, às 14h, no município de Belo Horizonte, com fulcro no artigo 18º do Decreto 46.953, de 23/2/2016, e artigo 5º, inciso IV, da Deliberação Normativa COPAM nº 177, de 22/8/2012, aprovaram a seguinte moção: considerando a importância de uma Política Estadual voltada à Mudança do Clima e de regulamentação do Registro Público de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa em âmbito estadual; considerando a importância de que o COPAM seja inserido nas discussões do Projeto de Lei nº 4.975/2018; solicitamos a presença do COPAM nas discussões das matérias em tramitação no âmbito da Assembleia Legislativa.” A Presidência registrou votos favoráveis das seguintes representações: ALMG, Secir, Sedectes, Seapa, Abragel, AMS, Fiemg, Cáritas Diocesana de Itabira,

209 Abes e SEMAD. Registrada abstenção da Segov. Foram registradas ausências
 210 das representações do Crea e da Setur. **Outros encaminhamentos.** Durante a
 211 discussão deste item de pauta, houve consenso em relação aos seguintes
 212 encaminhamentos: – A Secretaria Executiva da CEM deverá enviar convite ao
 213 relator do decreto e ao presidente da Comissão de Meio Ambiente e
 214 Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Minas
 215 Gerais para apresentação e discussão na próxima reunião da Câmara; – Que as
 216 contribuições do conselheiro Adriano, registradas no item 5 da pauta, bem como
 217 outras sugestões, sejam compartilhadas com todos os membros da CEM; –
 218 Deverá ser encaminhada aos conselheiros a minuta de Deliberação Normativa
 219 do Programa de Registro Público em sua versão atualizada em virtude das
 220 novas legislações que entraram em vigor. O presidente Felipe Santos de
 221 Miranda Nunes informou que a minuta está pronta para ser pautada na CNR,
 222 porém, caso os conselheiros tenham alguma consideração, deverão comunicar,
 223 formalmente, à SEMAD, para ser verificada a possibilidade, caso necessário, de
 224 retorno da matéria à CEM. **7) PRIMEIRO RELATÓRIO DE MONITORAMENTO**
 225 **E AVALIAÇÃO DO PLANO DE ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE**
 226 **MINAS GERAIS. Apresentação: FEAM.** Larissa Assunção Oliveira
 227 Santos/FEAM e o presidente Felipe Santos de Miranda Nunes fizeram
 228 apresentação à Câmara sobre a disponibilização do primeiro relatório de
 229 monitoramento e avaliação do Plano de Energia e Mudanças Climáticas de
 230 Minas Gerais, que deverá ser apresentado na próxima reunião do Comitê
 231 Político do plano estadual. **Debates. Conselheiro Adriano Scarpa Tonaco:** “Eu
 232 gostaria de registrar a importância da retomada das reuniões do Copol. Nós
 233 temos conhecimento de que já tem algum tempo que não são realizadas, e, se
 234 não me engano, o decreto prevê reuniões quadrimestrais.” **Conselheira Laura**
 235 **de Moraes Andrade Coutinho:** “Eu só queria frisar as ações que a Sedectes tem
 236 desenvolvido no âmbito da área de energia no que tange ao relatório de
 237 mudanças climáticas. Com relação à energia, com relação à ampliação do uso
 238 de tecnologia de aquecimento solar, geração de energia fotovoltaica, bem como
 239 de produtos eficientes de baixo carbono. A Sedectes abriu um programa de
 240 energia solar fotovoltaica para pequenas e microempresas, em parceria com o
 241 Sebrae e a Fiemg, no qual o projeto é financiado pelo Sebrae, com o objetivo de
 242 apoiar essas empresas interessadas em iniciativas de eficiência energética e
 243 geração fotovoltaica distribuída em suas empresas. São oferecidos cursos de
 244 gestão e negócios de gestão energética para empresários que aderirem, sendo
 245 realizado também um diagnóstico técnico e econômico da aplicação e projetos
 246 de efficientização e instalação de geração distribuída sem custos para a
 247 empresa. Esse projeto foi lançado nas regiões Norte, em um evento em
 248 Pirapora; na região metropolitana, em um evento em Belo Horizonte; e no
 249 Mucuri, em eventos em Nanuque e em Teófilo Otoni. Hoje e amanhã, vai ser
 250 lançado nos municípios de Arinos e Chapada Gaúcha, nas regiões Noroeste e
 251 Norte. Foi lançada também, em dezembro de 2017, uma linha de financiamento

252 piloto do BDMG para instalação de geração fotovoltaica distribuída a empresas
253 com faturamento até R\$ 30 milhões, apresentando condições mais favoráveis,
254 tendo em vista as características da geração distribuída por energia solar
255 fotovoltaica. A Sedectes apoiou e participou da criação dessa linha. Com
256 relação ao fortalecimento do programa Energia de Minas, através do Decreto nº
257 47.231, a Sedectes tornou Minas Gerais o Estado brasileiro com o melhor
258 tratamento tributário para geração distribuída, especialmente para solar
259 fotovoltaica. Em Minas Gerais, a isenção de ICMS vale para geração distribuída
260 fotovoltaica até 5 MW; e outras fontes até 1 MW. Abarcando modalidades de
261 autoconsumo remoto, múltiplas unidades consumidoras e geração
262 compartilhada e com relação à criação do programa de incentivos para
263 produção de bioquerosene de aviação e etanol de segunda geração. Em 2017,
264 foram continuadas as tratativas para instalação da planta piloto da produção de
265 bioquerosene e a sua certificação de biocombustível no laboratório da UFMG.
266 Em 2018, foi assinado o termo entre a Fapemig e a Fundep para o repasse de
267 R\$ 2 milhões para financiar a planta piloto. A Codemig está firmando o termo
268 ainda para financiar o projeto de certificação, também no valor de R\$ 2 milhões.
269 Em 2018, a Sedectes vai propor também novas ações que incentivem ainda
270 mais o bioquerosene na área da aviação. Isso é até uma atualização, pois, a
271 Sedectes não possui mais nenhuma competência no setor de transporte, de
272 acordo com a Lei nº 22.257, de julho de 2016, que estabeleceu a reforma
273 administrativa do governo. Constando também no decreto de competências da
274 própria Sedectes, de janeiro deste ano. São essas contribuições. Com a minha
275 entrada na Câmara, eu gostaria de firmar o compromisso da Sedectes em
276 continuar ampliando as ações que apoiem o Plano.” Presidente Felipe Santos
277 de Miranda Nunes: “Obrigado, conselheira. Eu pediria que nos mandassem as
278 contribuições, para formalizarmos, tanto aqui pela secretaria executiva do
279 COPAM e pela FEAM também. E nós só precisamos fazer o recorte do
280 monitoramento e avaliação que vai até 2017 e também adequar um formato de
281 sumarização que foi adotado para todos os setores. Nós agradecemos,
282 imensamente, a contribuição da Sedectes e também estamos à disposição para
283 trabalhar juntos nas ações que estão planejadas.” Larissa Assunção Oliveira
284 Santos/FEAM: “Praticamente, todas as ações da Sedectes que foram citadas ou
285 a grande maioria já estão no documento de monitoramento e avaliação, mas eu
286 peço que a conselheira dê uma olhada e, se não estiver incluída alguma ação
287 citada, por favor, nos fale.” Presidente Felipe Santos de Miranda Nunes:
288 “Conselheira, só para reforçar, fique livre para nos propor a melhor redação
289 possível, de acordo com as atribuições e projetos da Sedectes. Claro, nós
290 vamos trabalhar o texto e reenviá-lo para validação, para que possamos inserir
291 nesse relatório. Porque a importância desse relatório, claro, ele é transversal,
292 tem secretarias diversas, de vários temas, e nós precisamos ter poder de
293 síntese, mas não gostaríamos de perder nenhuma ação ou entrega realizada
294 nesse período, mesmo que entre no formato de anexo, porque isso será

encaminhado ao Comitê Político, que tem os dirigentes dos órgãos de governo, desde a Casa Civil até as áreas finalísticas. Então, por favor, pode nos encaminhar a minuta da maneira como achar melhor.” **8) PROJETO “CLIMA NA PRÁTICA” - PARCERIA COM A AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO.** **Apresentação: FEAM.** Sara Gusmão/FEAM e o presidente Felipe Santos de Miranda Nunes apresentaram à Câmara proposta de cooperação técnica entre a Fundação Estadual do Meio Ambiente e a Agência Francesa de Desenvolvimento cujo objetivo é “preparar e tornar disponível, na plataforma Clima-Gerais, uma ‘ferramenta de abordagem’ para apoiar a concepção, implementação e monitoramento de projetos e políticas municipais contra as mudanças climáticas em Minas Gerais”. **Debates.** **Conselheiro Adriano Scarpa Tonaco:** “Só uma dúvida. Esse projeto vai apoiar ações tanto de mitigação e adaptação ou tem um foco em alguma dessas temáticas?” **Presidente Felipe Santos de Miranda Nunes:** “Mitigação e adaptação, mas é uma metodologia na qual há uma simplificação do tema para que o nível municipal, local, consiga inserir na sua agenda, no dia a dia. Então, vamos dizer assim, sem rebuscar muito o tema, sem ser muito científico, ele busca, ao final, e já tem um plano de ação municipal prático, tanto é que a ferramenta se chama Clima na Prática. É uma metodologia inovadora à qual tivemos acesso, é elaborada pela agência ambiental de energia da França, que, inclusive, patenteou, mas nós poderemos utilizar, de forma gratuita, por conta da cooperação. Uma vez personalizada e customizada para Minas Gerais, eles também nos darão o aval para utilizar sem nenhuma questão específica de royalty e pagamento, mas de cooperação internacional.” **Conselheira Laura de Moraes Andrade Coutinho:** “Eu só queria saber se existem outras iniciativas de parceria de cooperação bilateral com outros países, além da França, porque, no meu entendimento, também existem outros países estratégicos no desenvolvimento do combate às mudanças climáticas, bem como nas questões relacionadas a vulnerabilidade ambiental e mitigação. Se existe essa possibilidade de o COPAM trabalhar nesse sentido ou se essas ações ficam restritas à atuação da própria SEMAD. E também, posterior à assinatura e execução desse memorando de entendimento, na qualidade de analista internacional e agora assessora da Subsecretaria de Desenvolvimento, eu me coloco à disposição para apoiar no que for necessário nesse sentido do memorando.” **Presidente Felipe Santos de Miranda Nunes:** “Agradecemos a contribuição e o interesse, conselheira. Claro, todos os esforços podem ser somados nesse sentido, e sinergias não faltarão. A questão da insistência com a França é que a gente vem com a cooperação desde 2009, então, há toda uma curva de aprendizado, as metodologias que trabalhamos em conjunto. A França incorporou algumas metodologias nossas, nós incorporamos, e há um histórico por trás disso que, pelo menos por parte da FEAM, nós insistimos nessa cooperação, porque acreditamos que é profícua. Existem outras possibilidades de cooperação, por exemplo, a questão do Japão na redução de riscos de

desastres climáticos, entre outros. Por exemplo, parte de florestas, tem outras cooperações em andamento. Porém, na parte da FEAM, de mudança climática, nós quisemos tentar todas as fichas antes de partir para outros parceiros. Mas também ficamos à disposição para receber contribuições no âmbito do COPAM e também no âmbito governamental.”

9) PROPOSTA DE PARCERIA COM O CARBON DISCLOSURE PROGRAM (CDP). Apresentação: FEAM. Morjana Moreira dos Anjos/FEAM e o presidente Felipe Santos de Miranda Nunes apresentaram à CEM a proposta de parceria da Fundação Estadual do Meio Ambiente com o Carbon Disclosure Program (CDP).

Debates. Conselheiro Adriano Scarpa Tonaco: “Só para ver se eu entendi bem, o objetivo, então, da parceria é tentar trazer o maior número de empresas para a plataforma, e, no futuro, vocês preveem esse suporte nas compras públicas do Estado. É esse o objetivo final, não é? Que as empresas reportem à plataforma, e vocês tenham dados para colocar nas licitações.”

Presidente Felipe Santos de Miranda Nunes: “Esse é um dos objetivos, porque nesse programa específico Supply Chain você convida os seus fornecedores, mas há toda uma capacitação, é oferecida uma plataforma on-line para que os fornecedores façam seus relatos. Isso não é de uma hora para outra também. Mas, uma vez formado um grande banco de dados dos fornecedores do Estado, o nosso objetivo é colocar parâmetros objetivos a critério, claro, dos órgãos que vão fazer as compras. Nós temos uma lei, que foi sancionada pelo governador, que trata das licitações sustentáveis, na qual podemos regulamentar. E por que não colocar indicadores como intensidade de emissões entre opções para o gestor público se respaldar em critérios, por exemplo, de técnica, de preço, nas licitações? Esse é um dos objetivos. Outro objetivo seria também ter acesso a plataformas internacionais, a sistemas de TI, que possam fazer o recorte de emissões para o governo do Estado, no âmbito de uma parceira. E isso significa que as empresas que relatam já no DPP não vão precisar ficar fazendo inventário de cada unidade que tem em Minas Gerais. Isso seria reconhecido no âmbito estadual, e esse recorte seria feito para fins, por exemplo, do Programa de Registro Público de Emissões.”

Conselheiro Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho: “Eu fiquei na dúvida, primeiro, apesar de ser sem fins lucrativos, quais são os custos envolvidos tanto para o Estado quanto para os fornecedores que quiserem se cadastrar nesse programa. E o segundo ponto é o seguinte. Qual é o incentivo que se tem do empreendedor ao fornecedor se cadastrar, exceto, claro, pela transparência e tal? Pelo que eu entendi, isso não é uma premissa de contratação pelo Estado, apenas uma forma de se verificar algumas informações. Mas um processo licitatório não vai definir quem não estiver e não pode participar. Correto? E o terceiro ponto, mediante as informações que são fornecidas, eu imagino que deva-se ter um processo de certificação ou de auditoria dessa informação cedida, porque a cadeia é vasta, e precisa-se verificar se aquela informação que está sendo dada realmente é sincera.”

Presidente Felipe Santos de Miranda Nunes: “O primeiro ponto são os custos.

381 Nós estamos em tratativas. Nós recebemos uma primeira proposta na sexta-
382 feira. A princípio, o custo para o Estado de Minas Gerais nessa adesão seria de
383 R\$ 75 mil, por três anos, para ter acesso a toda a plataforma de tecnologia,
384 banco de dados, segurança dos dados e capacitação de todos os seus
385 fornecedores. Só para ter uma ideia, o Programa de Registro Público, em seus
386 primeiros anos, para montar o sistema de cálculo, foi cerca de R\$ 300 mil. Só
387 para ter uma ideia de que, quando o Estado assume a TI e todo o banco de
388 dados, ele não é basicamente eficiente nisso. Inclusive, o nosso Programa de
389 Registro Público está parado por problema de TI. Então, esse custo é
390 repassado ao CDP para pagar a mão de obra que fica ali por trás do banco de
391 dados, da capacitação, entre outros, videoconferências, treinamentos internos,
392 externos, entre outros. O segundo ponto é o custo do fornecedor? O custo do
393 fornecedor, nesse caso, ele não tem custo para repassar ao Estado ou para
394 aderir ao sistema. Ele é convidado a relatar suas emissões, de forma voluntária,
395 mas é aquele convidado do mercado também, onde existe um certo critério, um
396 certo movimento, em que as empresas que têm relatado suas emissões e
397 mostrado seu desempenho ambiental têm ganhado outros nichos de mercado.
398 Mas não há nenhum custo para aderir, uma vez convidado pelo Estado. Por
399 exemplo, uma empresa que fornece merenda para o Estado, vamos dizer
400 assim. Ela vai ser convidada a relatar as suas emissões e não terá o custo
401 dessa adesão. O que vai ser colocado é que essa empresa será capacitada.
402 Então, ela será chamada para ser capacitada, e existe uma equipe do CDP para
403 isso, com parceiros, e pode até envolver a FEAM. São custos, vamos dizer,
404 indiretos, porque, se ele aderir, ele vai ter que ter alguém ali para fazer o relato,
405 para encaminhar essa discussão dentro da empresa. Tem um limite de
406 empresas, se não me engano, da ordem de centenas, quantos fornecedores
407 podem receber a capacitação. E são três anos essa adesão. Nós estamos
408 negociando, ainda, preço também. E a questão da licitação, hoje, no arcabouço
409 normativa do Estado, tem uma Lei de Licitações Sustentáveis, que fala que,
410 preferencialmente, os produtos e serviços a serem contratados que tiverem
411 critérios objetivos de sustentabilidade podem. São 500 fornecedores. Então, o
412 Estado poderia, em três anos, elencar 500 fornecedores a serem capacitados
413 para relatar. Isso cobriria os custos de R\$ 75 mil do Estado. A licitação é
414 preferencialmente, então, você pode elencar os critérios, mas, no fundo, a
415 Comissão Permanente de Licitação pode aderir ou não. Isso é um fato, a
416 legislação é colocada nesse requisito. Mesmo se regulamentarmos a lei, vai
417 continuar com a expressão 'preferencialmente'. Então, sempre vamos caminhar
418 nesse sentido de prover informação técnica, mas é o gestor que vai inserir isso
419 na tomada de decisão ou não. A não ser que a gente procure uma alteração da
420 lei. No nosso entendimento, nós estamos ainda na infância desse tema, então,
421 é melhor prover os indicadores, as questões, primeiro, para regulamentar,
422 deixar à mesa todas as contribuições e, quem sabe, futuramente, caminhar para
423 uma proposta de alteração de legislação. Mas não é a intenção da FEAM nesse

424 sentido. O terceiro ponto é a auditoria. O CDP tem o ranqueamento, e a
 425 auditoria aumenta o score. É como se fossem níveis. Aqueles que têm uma
 426 auditoria recebem maior nota, aqueles que respondem todos os questionários.
 427 Aqueles que passam por uma auditoria externa ganham mais, e por aí vai. Mas
 428 não é impeditivo, se eu não me engano. Mas, basicamente, o CDP trabalha,
 429 assim como o ICO2, da bolsa de valores, com aquela ideia de credibilidade.
 430 Uma vez relatada uma informação que vai para o índice ICO2 da Bolsa de
 431 Valores de São Paulo ou do CDP, que é uma plataforma internacional, o risco é
 432 muito alto de se prover uma informação equivocada. Eu não vou nem dizer
 433 falsa, mas equivocada. É muito grande. Então, trabalha-se muito nessa questão
 434 da importância de se relatar essa informação para o mercado, mas, se não me
 435 engano, a auditoria não é imprescindível. Quanto ao incentivo para os
 436 fornecedores, basicamente, é preferencial, mas também uma chamada de que,
 437 se os concorrentes todos relatam, e ele não relata, pode ser um diferencial,
 438 nesse caso, negativo.” Conselheiro Gleyber Ferreira e Silva Carneiro: “A minha
 439 dúvida vai no sentido de qual impacto isso já tem causado em outras
 440 experiências do mercado em termos de resultados e quais são as estratégias de
 441 mobilização, de convencimento dos empreendedores para poderem aderir.”
 442 Presidente Felipe Santos de Miranda Nunes: “Os impactos podem ser
 443 exemplificados em alguns comentários, como 221 milhões de toneladas, se eu
 444 não me engano, que foram mitigados só no governo britânico.” Morjana Moreira
 445 dos Anjos/FEAM: “Só no governo britânico, foram mais de 30 milhões de
 446 toneladas de carbono equivalente de emissões evitadas, e foram 221 milhões
 447 de libras que foram salvas, economizadas, por meio da otimização de
 448 processos. São ações de eficiência energética, ações de sustentabilidade e
 449 outras formas de otimizar processos de modo a reduzir tanto o custo quanto a
 450 emissão de gás de efeito estufa. Esse é só um exemplo em termos de valor
 451 monetário, do Reino Unido, mas há outros resultados também, como o Felipe
 452 falou, a questão de capacitações. É um setor que ainda não tinha tido tanta
 453 atenção, então, o CDP fornece essa parte, que, para mim, é a parte mais
 454 importante, porque faz a capacitação da principal pessoa que está ali lidando
 455 diretamente com compras e tentando inserir critérios de sustentabilidade e de
 456 transição para economia de baixo carbono. Eu acho que é um dos principais
 457 resultados também, junto com a parte efetiva na mitigação de gases de efeito
 458 estufa. Esse é um exemplo que, em três anos, permitiu essa economia de valor
 459 monetário e uma redução significativa nas emissões do setor no Reino Unido.”
 460 Presidente Felipe Santos de Miranda Nunes: “Nós não temos experiência ainda
 461 no âmbito estadual, no Brasil, de uma cooperação ampla nesse sentido, então,
 462 não temos números ainda para apresentar e temos que recorrer a casos
 463 internacionais. O CDP não tem nenhum acordo de cooperação, seja no nível
 464 federal, estadual ou municipal. O que eles colocaram para nós é que o Banco
 465 do Brasil e a Caixa Econômica já trabalham com essa plataforma. Eu estou
 466 dizendo economia mista, que tenha participação estatal.” Conselheiro Gleyber

467 Ferreira e Silva Carneiro: “A minha dúvida em termos de resultado é com
468 relação à mudança de comportamento do mercado, à competitividade. Se essas
469 empresas que aderiram têm se tornado mais competitivas e influenciado
470 também as outras empresas, que não aderiram.” Presidente Felipe Santos de
471 Miranda Nunes: “Eu não tenho conhecimento, porque não falamos com
472 nenhuma empresa específica. Até porque não vamos falar antes de um
473 instrumento formal nesse sentido. Não cabe aqui fazer avaliações de empresas
474 sem esse instrumento. O que podemos inferir pelos números, só de redução de
475 emissões, poderia ter uma discussão, mas quando há economia de recursos é
476 porque teve eficiência energética e outros nichos de aplicação de recursos, que
477 levam, ao que tudo indica, a uma economia de baixo carbono e aumento de
478 competitividade.” Morjana Moreira dos Anjos/FEAM: “Só complementando o que
479 o Felipe falou, não temos um dado absoluto para falar a respeito disso, mas
480 podemos inferir por meio de algumas coisas que foram mostradas. Mas hoje em
481 dia a questão da propaganda, digamos assim, do compromisso de uma
482 empresa engajada em questões ambientais, do ponto de vista de
483 competitividade, hoje já tem vários estudos que mostram que essas empresas
484 se tornam mais competitivas em relação a uma que não é bem vista, digamos
485 assim, do ponto de vista ambiental. Então, não só a questão da competitividade
486 financeira, mas também essa propaganda, digamos, do engajamento de
487 determinada empresa com questões ambientais, isso normalmente a torna mais
488 competitiva. Então, é um quesito a mais que pode ser levado em consideração
489 na escolha, por exemplo, dos investidores ou até mesmo de um comprador que
490 vai escolher uma empresa de acordo com aquela imagem que ela passa. Então,
491 do ponto de vista ambiental, é uma forma de melhorar a imagem dos
492 fornecedores, das empresas que reportam e, de certa forma, torná-las mais
493 competitivas. Mas, como o Felipe falou, é o que inferimos por meio do que foi
494 apresentado, mas não é nada oficial, em absoluto.” Presidente Felipe Santos de
495 Miranda Nunes: “Lembrando que nós temos como interesse principal o
496 engajamento dos fornecedores do Estado, no primeiro momento. É claro que o
497 engajamento da sociedade é o objetivo mor. Nós queremos trabalhar com os
498 fornecedores do Estado, que o Estado pode ter alguma interferência nesse
499 sentido, na nossa avaliação positiva.” Conselheiro Antônio Walter dos Santos
500 Pinheiro Filho: “Eu imagino que essa situação da experiência deve ter sido feita
501 com base no exterior. Ou seja, no Brasil, não devemos ter ainda isso
502 implantado. Ou Minas Gerais é pioneiro nisso. Eu imaginei isso. Uma opinião
503 particular. Eu não tenho dúvida do valor, eu acho que é razoável, não pesa para
504 o Estado, os dados que vai trazer são bastante significativos. O grande
505 problema é a gente acreditar nisso, porque hoje a questão carbono, do preço,
506 às vezes, o grande problema é quando a política entra nesse assunto e aí
507 desvirtua completamente todo esse trabalho que é feito. Um exemplo disso é o
508 próprio setor de energia, do qual eu faço parte. Nós vemos, em um país que luta
509 por diminuição de gás de efeito estufa, em um leilão tem 21 GW de termelétrica.

510 E aí você perde a crença de que programas desse porte, que eu acho
511 extremamente salutares e que deveriam ser bem geridos, aplicados, não só por
512 Minas, mas por outros, ficam meio utópicos. Porque antes de se chegar à
513 definição de bons fornecedores por gás de efeito estufa, por questões
514 sustentáveis, energias renováveis etc., vem a política, vêm as definições de
515 políticas e preço etc., e essa aí é a última das questões que, no final das
516 contas, vai ser verificada. Mas é só uma opinião, porque às vezes a gente fica
517 meio desacreditado.” Presidente Felipe Santos de Miranda Nunes: “Nós
518 agradecemos a opinião, conselheiro, aqui é o espaço para isso mesmo, para
519 diferentes pontos de vista, para que possamos alertar sobre a efetividade ou
520 não de um programa. A questão da credibilidade é fundamental para um
521 programa que vai se basear em um relato voluntário. É um desafio diário colocar
522 isso no topo da agenda política e fazer uso da política, no sentido positivo, para
523 essa agenda. Nós estamos muito no início, ainda nem temos o instrumento
524 formal, mas procuramos trazer a esta Câmara justamente para escutar as
525 primeiras opiniões, as dificuldades, as barreiras e como podemos caminhar
526 nesse sentido. Hoje, o Brasil já conta com programas de relato. Por exemplo, o
527 GHG Protocol brasileiro é um sistema de relato, e muitas empresas brasileiras
528 já aderem. O CDP não temos ainda, é uma proposta neste sentido, de
529 cooperação. Mas o que talvez nos chame a atenção é que pode ser feito o
530 recorte especificamente para Minas Gerais, porque eles têm esse banco de
531 dados bem maleável. Por exemplo, hoje nós temos dificuldades no Programa de
532 Registro Público. Por exemplo, economia mista. O Banco do Brasil tem sedes
533 no Brasil todo, então, vamos fazer um programa onde eles precisam relatar para
534 Minas. Como irão fazer? Vão ter que desagregar todos? São muitas sedes.
535 Então, esse sistema já faz isso. Se o Estado for fazer o sistema que faz isso, a
536 nossa experiência não é positiva. Então, é mais nesse sentido, unir parceiros
537 que são bons em determinados segmentos, têm credibilidade internacional, e,
538 claro é uma aposta, não deixa de ser uma aposta. Mas uma aposta com
539 parceiros de peso, e, se tudo correr bem, podemos firmar um instrumento de
540 cooperação sem questões específicas para TI, manutenção, o que nos
541 consome muito, e focar a capacitação dos fornecedores. O próprio conselheiro
542 Adriano, por meio da Fiemg, já procurou a FEAM para a importância de
543 trabalhar a cadeia de fornecedores para relatos de emissões de gases de efeito
544 estufa. Eu acho que é um movimento que não tem muita volta. E o Estado
545 participar disso de uma maneira eficiente, sabendo o seu espaço, eu acho que
546 pode ser positivo. Mas os desafios são imensos.” Conselheiro Adriano Scarpa
547 Tonaco: “Eu sei que está muito no início, que você está trazendo uma proposta
548 ainda. Nós gostaríamos de aprofundar e conhecer melhor os avanços dessa
549 parceria e, se julgarmos pertinente, dentro da Fiemg, apoiarmos a divulgação e
550 mobilização junto às indústrias. Eu acredito que grande parte dos fornecedores
551 do Estado deve ser mais de serviços, mas tem uma parcela de indústria
552 envolvida, que nós estamos aqui representando, e eu acho que temos que

553 construir isso em conjunto. Então, eu coloco a Fiemg à disposição para essas
554 conversas.” Presidente Felipe Santos de Miranda Nunes: “Agradecemos o
555 interesse e a disponibilidade da Fiemg também.” **10) ENCERRAMENTO**. Não
556 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Felipe Santos de
557 Miranda Nunes agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a
558 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

559
560 **APROVAÇÃO DA ATA**
561

562
563 **Felipe Santos de Miranda Nunes**
564 **Presidente da Câmara de Políticas**
565 **de Energia e Mudanças Climáticas**